do Ministro das Finanças, e com o voto do Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As forças da guarda fiscal consideram-se mobilizadas para serviço no país, não podendo ser distraídas para fora d'este sem decreto especial.

§ único. Exceptuam-se do disposto na parte final d'este artigo os destacamentos e diligências que forem autorizados pelo Ministro das Finanças e os destacamentos de policia que façam parte dos quartéis gerais de corpos expedicionários, nos termos do regulamento de mobilização.

Art. 2.º Enquanto durar o estado de guerra o serviço na guarda fiscal considera-se serviço militar obrigatório, podendo ser mandadas encorporar nela as praças de pré necessárias para o complemento dos seus efectivos e que satisfaçam às condições exigidas pelo decreto n.º 3:001, de 27 de Fevereiro do corrente ano, para a admissão na mesma guarda.

Art. 3.º A partir de 1 de Setembro de 1917, e enquanto durar o estado de guerra, é concedido a todas as praças de pré da guarda fiscal, em serviço na mesma, um subsidio especial de \$10 diários.

Art. 4.º As praças da guarda fiscal que saírem do seu efectivo em consequência de punição sofrida e deverem regressar ao exército por estarem ainda obrigadas ao serviço poderão ser mandadas prestá-lo nas colónias, se assim fôr julgado conveniente, tendo-se em atenção o número e a qualidade das faltas cometidas.

Art. 5.º O preço de cada uma das forragens é computado, desde 1 de Setembro de 1917, e enquanto durar o o estado de guerra, em \$70 diários.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros do Interior, Guerra, Marinha e Colónias assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1917.—*BERNARDINO MACHADO—Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Arantes Pedroso—Ernesto Jardim de Vilhena.*

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Agricultura

Repartição Técnica

Secção dos Serviços Agrícolas

PORTARIA N.º 1:088

Tendo sido por decreto de 13 de Junho último criada a 32.ª Secção Agrícola, com sede em Nelas, e consequentemente alteradas as áreas que compõem a 10.ª e 11.ª Secção Agrícola, com sedes respectivamente em Lamego e Viseu, e havendo a experiência evidenciado a conveniência de aperfeiçoar e rectificar a divisão regional das mencionadas secções, mandada adoptar pela portaria n.º 71, de 21 de Novembro de 1913;

Tomando em consideração a proposta da Direcção dos Serviços Agrícolas do Norte, ouvido o respectivo Conselho Técnico;

Tendo em vista o disposto no artigo 61.º da lei n.º 26, de 9 de Julho de 1913:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que, para os efeitos do artigos 62.º e 147.º da mesma lei, seja modificada a citada divisão regional, adoptando-se a seguinte para as 10.ª, 11.ª e 32.ª Secções Agrícolas:

10.ª Região

Lamego (sede)—compreendendo os concelhos de Armamar, Lamego, Resende, Sinfães e Tarouca.

17.ª Região

Moimenta da Beira (sede)—compreendendo os concelhos de Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Tabuaço.

18.ª Região

Castro Daire (sede)—compreendendo os concelhos de Castro Daire, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela.

19.ª Região

Viseu (sede)—compreendendo os concelhos de Vila Nova de Paiva e Viseu.

19.ª-A Região

Santa Comba Dão (sede)—compreendendo os concelhos de Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

19.ª-B Região

Nelas (sede)—compreendendo os concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Ponalva e Sátão.

Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1917.—O Ministro do Fomento, *Herculano Jorge Galhardo.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

2.ª Repartição

DECRETO N.º 3:362

Atendendo ao que representou o Governador Geral da provincia de Angola sobre a necessidade de substituir as disposições que regulam o lançamento e cobrança da contribuição industrial na provincia;

Considerando que o diploma que regula estes serviços remonta a 28 de Maio de 1904, e que nele foram introduzidas já oito alterações, algumas delas assaz profundas, o que modificou completamente a sua estrutura;

Considerada a vantagem que advirá para o Estado da adopção de novas disposições que substituam o regime actualmente em vigor, por outro mais consentâneo com o actual desenvolvimento da provincia;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A contribuição industrial, na provincia de Angola, é devida pelo exercício de qualquer industria, profissão, arte ou officio, em que os individuos, nacionais ou estrangeiros, se empreguem com o fim de auferir lucros ou remuneração.

Art. 2.º A contribuição industrial será variável ou fixa.

a) A variável consistirá em percentagens cobradas pelas alfândegas;

b) A fixa consistirá em taxas certas cobradas pelas Repartições de Fazenda.

§ único. As percentagens a que se refere a alínea a) são as actualmente em vigor, mas poderão ser alteradas em portaria do Governador Geral, ouvido o Conselho do Governo.

Art. 3.º Nas regiões de penetração comercial, como tal definidas em portaria, as taxas certas a pagar serão o décuplo das taxas normais.

Art. 4.º As taxas certas a que se refere a alínea b) do artigo 2.º serão divididas em três grupos e cobradas

conforme a ordem da terra onde fôr exercida a indústria, profissão, arte ou officio.

Art. 5.º As povoações da provincia, para os efeitos do artigo antecedente, são distribuídas em três ordens, nos termos seguintes:

Terras de 1.ª ordem: as cidades de Loanda, Benguela, Mossamedes e a povoação de Lobito;

Terras de 2.ª ordem: as vilas de Cabinda, Ambriz, Dondo, Malangé, Novo Redondo, Catumbela, Bela Vista (Houambo), povoação de Belmonte (Bié) e Sá da Bandeira;

Terras de 3.ª ordem: todas as sedes de concelhos e circunscrições civis, capitánias-mores, comandos militares e seus postos e povoações ou lugares não compreendidos na 1.ª e 2.ª ordem.

§ único. A ordem das terras poderá ser alterada pelo Governador Geral, ouvido o Conselho do Governo, sob proposta da respectiva autoridade administrativa.

Art. 6.º As taxas certas da contribuição industrial serão liquidadas segundo as respectivas verbas, classes e grupos, por meio de licenças pagas de pronto, na ocasião da liquidação ou até o último dia do primeiro mês do trimestre, semestre ou ano a que disserem respeito.

§ 1.º Das disposições deste artigo exceptuam-se a contribuição sobre emolumentos, salários ou percentagens de qualquer natureza, percebidos por funcionários públicos, que será de 10 por cento sobre as quantias que a esse título receberem dos seus empregos e deverá ser paga nos termos seguintes:

a) Por meio de estampilhas coladas nos títulos, diplomas, autos ou papéis avulsos e quaisquer outros documentos pelos quais sejam devidos emolumentos;

b) Por meio de guias, quando devida por emolumentos arrecadados em cofres especiais, ou pelos tesoureiros, para serem periodicamente distribuídos aos empregados das respectivas corporações ou repartições públicas, e, também, quanto aos emolumentos recebidos individualmente, quando não haja documento ou título em que as estampilhas possam ser coladas.

§ 2.º A contribuição devida por emolumentos, salários ou percentagens vencidas em processos, papéis e mais actos judiciais, será liquidada, paga e fiscalizada conforme o disposto no decreto de 24 de Dezembro de 1903.

§ 3.º É applicável aos processos de execução fiscal e administrativa que corram pelos juízos das execuções fiscaes, pelas administrações de concelho ou circunscrições o disposto no parágrafo antecedente.

Art. 7.º Juntamente com a contribuição industrial será cobrado o imposto de selo de 2 por cento, liquidado nas licenças de que trata o artigo anterior.

Art. 8.º Os indivíduos a que se refere o artigo 1.º devem inscrever-se previamente, mediante apresentação pessoal, ou de procurador legal, e declarações verbais, na Repartição de Fazenda, e em face dessas inscrições serão passadas as licenças por trimestres, semestres ou anos completos.

Art. 9.º O Governador Geral da provincia, ouvido o Conselho do Governo, adoptará os regulamentos e as tabelas necessárias à execução do presente decreto, podendo as penalidades neles impostas envolver a pena de multa até 500\$.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

DECRETO N.º 3:363

Sendo necessário remodelar os serviços da contribuição de juro em Angola, que, presentemente se executam nos termos do antiquado e deficiente regulamento

provincial de 5 de Novembro de 1885, aprovado por decreto de 26 de Agosto de 1886;

Considerando que a cobrança da referida contribuição, por virtude do disposto na portaria de 11 de Novembro de 1896, se realiza sómente nos concelhos do litoral da provincia, o que, dado o seu posterior desenvolvimento, se não justifica já;

Atendendo ao exposto pelo Governador Geral, sobre a conveniência da adopção na colónia do regulamento em vigor na provincia de S. Tomé e Príncipe;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É considerado em vigor na provincia de Angola o regulamento da contribuição da décima de juro vigente na provincia de S. Tomé e Príncipe por virtude do decreto de 24 de Maio de 1902.

Art. 2.º O Governador Geral, ouvido o Conselho do Governo, publicará as portarias necessárias para adaptação do regulamento referido no artigo 1.º às condições especiais da provincia.

Art. 3.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretaria Geral

Por ter saído inexacto no *Diário do Governo* n.º 152, 1.ª série, de 6 do corrente mês, publica-se novamente o seguinte decreto:

DECRETO N.º 3:344

Sendo necessário providenciar acerca da fabricação de farinha em rama e esclarecer certas determinações dos decretos anteriores;

Tendo em atenção o disposto na lei n.º 480, de 7 de Fevereiro de 1916, e usando das faculdades por ela conferidas e pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A fabricação de farinha de trigo em rama só é permitida em moinhos e azenhas e às fábricas que não possam peneirar ou fabricar outras qualidades de farinha e quando essa fabricação seja só com destino ao consumo do concelho.

§ 1.º Continua a ser permitida a moenda à maquia por conta dos produtores, nos termos do artigo 49.º do decreto n.º 3:216, de 28 de Junho de 1917, quando o trigo seja de produção local para consumo no concelho.

§ 2.º É em absoluto prohibida às fábricas a moenda de cereais não manifestados.

Art. 2.º O Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvida a Comissão de Distribuição de Cereais e Farinhas, sob solicitação das Comissões de Abastecimento Local ou, na sua falta, do presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, quando no respectivo concelho não haja fábricas que laborem nas condições do artigo anterior, poderá autorizar que uma fábrica doutro concelho próximo reduza a farinha em rama, o trigo da produção do concelho donde parta a solicitação.

Art. 3.º O Ministério do Trabalho e Previdência Social poderá também, ouvida a Comissão de Distribuição de Cereais e Farinhas, autorizar a fabricação de farinha em rama para abastecimento doutros concelhos diferentes daquele em que as fábricas estejam estabelecidas, mediante o pagamento de 508 por cada quilograma de